



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

19/01/2015 ATÉ 19/01/2015



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 SITE CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	1
	1.2 SITE JUSBRASIL.....	2
2	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	2.1 SITE CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	3
3	NÚCLEO DE REPERCUSSÃO GERAL E RECURSOS REPETITIVOS - NURER	
	3.1 SITE JUSBRASIL.....	4
4	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	4.1 SITE JUSBRASIL.....	5 6

Começam as inscrições de projetos para obter recursos da Justiça em Anajatuba

Começam nesta segunda-feira (19/1), na Comarca de Anajatuba (MA), as inscrições de projetos para a obtenção de recursos financeiros arrecadados com transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional de processo ou de pena. O encerramento das inscrições será no dia 20 de fevereiro. As informações constam de edital assinado pela titular da unidade, juíza Mirella Cezar Freitas.

Segundo Edital nº 01/2015, podem participar da seleção entidade pública ou privada, com finalidade comprovadamente social, sediada no município e regularmente constituída há pelo menos um ano. Ser dirigida por pessoas que não tenham sido condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa ou crime contra a administração pública é outra exigência para a participação no certame. Os interessados em se inscrever devem comparecer à sede da Comarca (Rua Magalhães de Almeida, 249, Centro), de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Certidões - O projeto deve ser desenvolvido no âmbito da comarca e contemplar atividades de caráter educativo (escolar ou esportivo) de crianças, adolescentes ou idosos; certidões negativas da entidade (cíveis e criminais), emitidas pelos órgãos da Justiça Estadual e Federal, da Comarca de Anajatuba; bem como certidões de antecedentes cíveis e criminais emitidas pelos órgãos da Justiça Federal e Estadual da Comarca de Anajatuba e de outras comarcas onde residam ou tenham residido os dirigentes da entidade nos últimos cinco anos. São exigidas também certidões de quitação de tributos federais, estaduais e municipais da entidade e dos dirigentes.

O resultado da seleção deve ser divulgado na página da Corregedoria-Geral da Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br/cgj) até o dia 1º de março. Ao Juízo da comarca caberá decidir a destinação dos recursos caso não haja candidatos interessados ou habilitados na seleção, consta do edital.

Fonte: CGJ-MA

Fórum de São Luís faz avaliação de gestão e projetos de 2014

O diretor do Fórum de São Luís, juiz Osmar Gomes dos Santos, reuniu-se com todos os chefes de setores administrativos do Fórum para avaliar a gestão do órgão e planejar as ações para 2015. "Tivemos avanços consideráveis e queremos contar com o empenho de todos para alcançarmos nossas metas em 2015", disse.

O diretor também agradeceu o apoio da presidente do Tribunal de Justiça e da corregedora Geral de Justiça, desembargadoras Cleonice Freire e Nelma Sarney. Durante a reunião de avaliação, realizada em 8 de janeiro, o diretor solicitou aos setores administrativos que apresentem relatórios com as dificuldades enfrentadas por cada unidade e as sugestões de melhorias.

Osmar Gomes disse também que se reunirá com a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, para relatar as carências detectados pelos setores. Ele falou sobre os investimentos que serão realizados pelo tribunal no fórum este ano, a exemplo da implantação de uma estação própria de energia elétrica, que visa solucionar o problema de oscilação e queda de energia no prédio.

Osmar Gomes destacou ainda os investimentos feitos pelo tribunal em 2014 na área de segurança do Fórum de São Luís, como a instalação de equipamentos eletrônicos, catracas, aparelho de raios X para inspeção de bagagem e detectores de metal de formato portátil, que já começaram a funcionar. O diretor explicou que a partir desta terça-feira (20/1), para ter acesso ao fórum todas as pessoas terão que se identificar e passar pelo protocolo de segurança. O objetivo é proporcionar segurança aos que buscam os serviços do Judiciário e também aos que trabalham no fórum.

Ações - Em 2014, foram implementadas várias ações de integração e humanização, a exemplo de datas como Dia da Mulher, Dias das Mães, Dia dos Pais, Natal e as festividades juninas. Houve ainda a instalação da galeria de arte Celso Antônio de Menezes e a realização de exposições artística e fotográfica.

Com ênfase na gestão compartilhada, foram realizadas três edições do projeto Diálogos Informais, voltado para os magistrados da Comarca da Ilha, e promovido em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça e Associação dos Magistrados do Maranhão. Ao longo do ano, ocorreram reuniões também entre o diretor e os juízes com representantes dos setores que integram o Sistema de Segurança Pública do Maranhão.

Foi um ano em que o fórum também cresceu quanto ao número de unidades. No local, foram instalados a Central de Inquéritos de São Luís, o Centro de Apoio às Vítimas (Ceav), duas salas de depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência e duas salas de videoconferência que possibilita a realização à distância de audiências com presos por meio virtual.

Passaram a funcionar no prédio a 1ª Vara de Execuções Penais, 2ª Vara da Infância e da Juventude, a 9ª Vara Criminal, o 3º e o 8º Juizado Cível, além da Vara da Mulher, do Telejudiciário e da Ouvidoria do Poder Judiciário do Maranhão.

Na reunião com os chefes dos setores administrativos, Osmar Gomes lembrou ainda que em 2014 o Laboratório de Biologia Molecular do Fórum de São Luís, após passar por minuciosa auditoria da empresa certificadora

suíça Societé Generale de Surveillance, teve mantida a certificação ISO 9001. O certificado comprova a excelência técnica e a segurança nos resultados dos exames de DNA, realizados pelo laboratório, o único público e também forense do Brasil a se adequar à norma internacional de gestão da qualidade.

Na unidade, são feitos exames requisitados por juízes das comarcas do interior e da capital, para investigação de paternidade, para identificação de suspeitos e indiciados em crimes de estupro e incesto, seguido de gravidez, e em crimes de abuso sexual de menores, seguido de gravidez.

Fonte: CGJ-MA

Olinda Nova do Maranhão - Comarca distribui cestas básicas a famílias carentes

A juíza Anelise Reginato com equipe do Judiciário e famílias que receberam as cestas básicas

Na última sexta-feira (16), a Comarca de Olinda Nova do Maranhão entregou a 228 famílias carentes de povoados distantes da sede da Comarca cestas básicas adquiridas com recursos arrecadados pela Justiça em 2014.

Segundo a titular da comarca, juíza Anelise Nogueira Reginato, as 228 cestas foram adquiridas com os R\$ 6.093,00 oriundos de transações penais e composição civil de danos em Termos Circunstanciais de Ocorrência TCOs (processos criminais que tramitam no Juizado Especial) e suspensão condicional do processo em Processos Criminais comuns, onde o crime tem pena mínima prevista de um ano de restrição de liberdade.

Ainda segundo a magistrada, a escolha das famílias a serem beneficiadas foi feita pelos oficiais de Justiça da comarca, entre famílias já cadastradas na unidade e cuja situação de penúria é conhecida de perto pelos oficiais, que realizam diligências nesses povoados distantes. Destas famílias, a maioria sobrevive apenas com o dinheiro do programa bolsa família e ganham, em média, R\$ 180,00 por mês, ressalta a magistrada.

De acordo com a juíza, entre os povoados dos quais as famílias são oriundas estão: Pacheco, Itapecuru, Gameleira, Estrela, São Francisco, Conceição, Santa Rita, Coqueiro, Itaparica, Mata Praga e Cutia. São quase todos na divisa de Olinda com os Municípios de Matinha, São João Batista, São Vicente Férrer e Viana, informa.

Expliquei às famílias beneficiadas como foi arrecadado o dinheiro e que desta forma as leis processuais penais também desempenham função social, conclui a magistrada.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

Núcleo agiliza controle de recursos extraordinários e especiais

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) reestruturou o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER), responsável pelo controle e acompanhamento de todos os recursos que precisam aguardar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre casos semelhantes.

O NURER segue recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, por meio da Resolução 160/2012, orientou a todos os tribunais sobre a organização dos Núcleos, pela necessidade de uniformização dos procedimentos de gerenciamento dos recursos.

Atualmente o TJMA tem cerca de 900 recursos suspensos (sobrestados), sobre temas que envolvem promoção de professores, aumentos e reajustes de vencimentos, entre outros.

Eles aguardam os tribunais superiores julgarem casos da mesma matéria, que servirão como parâmetros a orientar a análise dos demais semelhantes, de uma vez só, pelos tribunais estaduais e federais, evitando que todos sejam encaminhados fisicamente às Cortes superiores.

O NURER possui página própria na internet, com link no Portal do Judiciário do Maranhão, onde constam todos os relatórios, consultas e informações sobre as decisões dos tribunais superiores envolvendo as matérias de recursos sobrestados. O Núcleo tem alta relevância porque traz precedentes para os juízes de 1º e 2º graus e evita o encaminhamento desnecessário de processos às Cortes superiores.

O Núcleo tem atribuições como de uniformizar o gerenciamento dos processos suspensos; monitorar os recursos dirigidos ao STF e STJ a fim de indicar a seleção de um ou mais como representativos da controvérsia; manter e disponibilizar dados atualizados sobre o acervo, com a respectiva vinculação aos temas e recursos paradigmas, enviando relatórios trimestrais ao STF, STJ e CNJ.

Assessoria de Comunicação do TJMA asscom@tjma.jus.br

(98) 3198.4370

Paço do Lumiar tem suspensão do atendimento nesta quarta-feira

A juíza Jaqueline Reis Caracas, titular da 1ª Vara e Diretora do Fórum de Paço do Lumiar, informa que não haverá expediente forense nesta quarta-feira, dia 14. De acordo com a comunicação enviada à Corregedoria Geral da Justiça, o motivo é o feriado municipal, pela passagem do aniversário da cidade. O feriado é instituído por Lei Municipal.

Segundo norma da Corregedoria Geral da Justiça, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das ações da Justiça de 1º grau, a suspensão de expediente forense deve ser objeto de portaria editada pelo magistrado, que deverá ser encaminhada ao órgão fiscalizador via sistema de gerenciamento de processos administrativos (Digidoc).

De acordo com o parágrafo 2º do artigo 83 do Código de Divisão e Organização Judiciárias, serão feriados forenses os sábados, feriados nacionais, segundas e terças-feiras de Carnaval, quintas e sextas-feiras Santas e o dia 8 de dezembro. São considerados feriados, também, os declarados em lei do Município.

Também pelo Ato nº 1664/2012, não há expediente forense quando de feriados definidos em lei municipal. E no art. 6º fica claro que os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a observância pelo Judiciário. Conforme estabelece o artigo 7º do mesmo documento, é determinado que nos dias em que não houver expediente deverá funcionar o plantão Judiciário.

Michael Mesquita

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

Recesso judicial termina nessa terça-feira (20)

Termina nessa terça-feira (20) o recesso do Poder Judiciário iniciado no dia 20 de dezembro e que alterou a rotina em Varas e Juizados da capital e do interior. Durante o período, foram suspensas as audiências, sessões de julgamento e prazos processuais em todas as unidades do Judiciário maranhense. Publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados também foram suspensas. Com o fim do recesso, todas as atividades do Poder Judiciário serão normalizadas na quarta-feira, 21.

Previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, o recesso forense compreende o período de 20 de dezembro a 06 de janeiro. A pedido da seccional da OAB, o Pleno do Tribunal de Justiça aprovou a alteração do encerramento do recesso para o dia 20 de janeiro, de modo que os advogados possam gozar férias das atividades profissionais no período.

O recesso não atinge processos de réus presos com autos vinculados à prisão e casos de natureza urgente que visem à preservação dos direitos, a exemplo de habeas corpus, mandados de segurança, agravos de instrumento e suspensão de liminar, para o que o Judiciário estabelece o regime de plantão.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com

www.facebook.com/cgjma